



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP**, com Sede Administrativa na Av Antônio Teodoro de Leal, s/n, bairro Centro, na cidade de Calçoene/AP, CEP 68960-000, s/n - Centro, Calçoene/AP, inscrito no CNPJ sob nº 13.120.225/0001-23, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **ANTONIO DE SOUSA PINTO**, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOCIAL**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no C.N.P.J. sob o nº **15.106.188/0001-24**, com sede na Avenida Antonio Teodoro de Leal, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Calçoene/AP, ato representada por sua Secretária Municipal a Senhora **MARIA FRANCIDALVA BASTO LIMA**, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 053/2025 - GAB/PMC, de 02 de janeiro de 2025, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, subsidiariamente pelos Decretos Federal nº 10.024/19 de 20 de setembro de 2019 e Decreto Federal 11.462/23 de 31 de março de 2023, bem como pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as devidas alterações propostas pela Lei complementar 147/2014, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, demais normas sobre licitação em vigor e as exigências estabelecidas no Edital.

Data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 16/04/2026 HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h30min

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. DO OBJETO

1.1. **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, com fornecimento de urna funerária, preparação do corpo e translado terrestre, destinados ao atendimento do benefício eventual de auxílio-funeral, concedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social às famílias em situação de vulnerabilidade social do município de Calçoene/AP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

1.2. licitação ocorrerá em lote único, por se tratar de serviço indivisível e interdependente, conforme justificativa constante do Termo de Referência, sendo o julgamento pelo menor preço global do lote.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. CONDIÇÃO(ÕES) DO REGISTRO DE PREÇOS / DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

2.1. GERENCIADOR: O Órgão Gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

2.2. PARTICIPANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá vir a ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/21 e Decreto nº 11.462/23, posteriores alterações.

2.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

2.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

2.6. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao Órgão Gerenciador.

2.7. Ao órgão não participante que aderir à ata compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

2.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registros de Preços.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Em se tratando de procedimento licitatório realizado sob o Sistema de Registro de Preço, cujo instrumento não constitui obrigação para o órgão gerenciador e participantes da licitação pela aquisição do seu objeto, torna-se dispensável a indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

4.1.1. Para participar da licitação se faz necessário prévio cadastro do licitante no sistema www.compras.gov.br. Para a realização do cadastramento, deverão ser observadas as instruções constantes do portal de compras do Governo Federal

4.1.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.1.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.1.4. A Prefeitura Municipal de Calçoene/AP não se responsabilizará por qualquer tipo de problema que venha a ocorrer no processo de cadastramento e que impeça o licitante de participar do certame.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar do Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular.

5.2. O lote relacionado no item 2.2 do termo de referência, **DO OBJETO – AMPLA CONCORRÊNCIA** - para participação ampla de quaisquer empresas especializadas no ramo.

5.2.1. Por se tratar de serviços conforme justificado em ETP a disputa a ser realizada está agrupada em lote único, e em atendimento ao Inciso §3º do art. 40 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a não divisão por cota se faz necessário quando para aquisição de bens de natureza indivisível.

5.2.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

legislação vigente;

5.3.2. que não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto da licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

5.5. A LICITANTE ENTREGARÁ JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, AS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.5.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.7. que os produtos serão fornecidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5.8. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes deverão apresentar todos os documentos de habilitação que constem do item 9 deste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

de Referência.

7.2. Junto a Proposta, deverá ser entregue a Declaração da licitante de que elaborou de forma independente sua Proposta de Preços, conforme Portaria nº 51, de 03 de julho de 2009, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, modelo no Anexo III.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.1.1 *A observação mencionada não se aplica ao anexo da proposta; pois tal documento fica oculto até o término da disputa, desta forma não identifica a licitante.*

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE**.
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ **100,00 (cem reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;
- 8.16. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, mediante aviso prévio no sistema.

8.21. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, conforme definido no Edital e seus anexos.

8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.23. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.28. Havendo eventual empate real entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.29. no país;

8.30. por empresas brasileiras;

8.31. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.32. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.33. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.34. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

8.35. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.36. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados.

8.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E DA AMOSTRA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo aceitável para contratação.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. Na hipótese de necessidade de realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.4.1. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

9.7. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Edital.

10 DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

10.1.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

10.1.3.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.3.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.3.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio dos documentos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Todos os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. Habilitação jurídica:

10.8.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.5. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7. **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

10.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8.9. Documento com foto do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

relacionados nos documentos acima.

10.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Distrital ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

10.9.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipal relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

10.9.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa (**CPNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.9.8. Alvará de localização e funcionamento expedido pela prefeitura do município de origem da licitante.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira:

10.10.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial de empresa expedida pelo Cartório de distribuição da sede da licitante expedida nos últimos 30 (trinta dias) que anteceder esta contratação;

10.11. Qualificação Técnica:

10.11.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, através da apresentação de 01 (um) ou mais ATESTADOS ou DECLARAÇÃO expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.11.1.1. Como forma de Diligência, se o Pregoeiro verificar a real necessidade, poderá solicitar do licitante todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

da contratante.

10.11.1.2. Certificado, Declaração ou Alvará Sanitário, emitido pelo órgão competente, que comprove que o estabelecimento foi vistoriado pelo Serviço de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

10.12. Serão exigidos, ainda, para fins de habilitação, os seguintes documentos:

10.12.1. Declarações da licitante, na forma da lei, conforme disposto no Item 4.6 e Anexo II.

10.13. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua expedição, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.

10.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.17. A Não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

10.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

declarado vencedor.

11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante vencedor deverá ser encaminhada em campo próprio do sistema no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, **no mínimo, 10 (dez) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

12.2.1. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação;

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema **COMPRAGOV**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.2.1. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.2.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.3. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

15.3.1. O Pregoeiro incluirá na Ata de Registro de Preços na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os fornecimentos/serviços com preços iguais ao licitante vencedor na sequência de classificação do certame, no caso do licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, a administração poderá convocar esses licitantes para fazê-lo nas mesmas condições.

15.3.2. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme o [art. 23 do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

15.6. A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará **pelo prazo de 12 (doze) meses**, poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o [art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

16.1.1. Automaticamente:

16.1.1.1. Por decurso de prazo de vigência;

16.1.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados;

16.1.1.3. Pelo Órgão Gerenciador, quando caracterizado o interesse público.

16.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

16.2.1. A pedido quando:

16.2.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

16.2.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do bem.

16.2.2. Por iniciativa do Órgão Gerenciador, quando:

16.2.2.1. O FORNECEDOR REGISTRADO não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.2.2.2. O FORNECEDOR REGISTRADO perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

16.2.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

16.2.2.4. O FORNECEDOR REGISTRADO não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

16.2.2.5. O FORNECEDOR REGISTRADO não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

16.2.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

16.3. Em quaisquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município de Calçoene/AP, fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

17 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

17.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

17.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

17.3.2 A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3 A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 155 e 156 da mesma Lei.

17.4 O prazo de vigência do instrumento contratual (ou instrumento equivalente) será o necessário ao adimplemento da obrigação, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e as regras aplicáveis da Lei nº 14.133/2021..

17.5 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

17.5.1 Na hipótese de irregularidade, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação das condições de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18 DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1 As regras acerca da alteração ou atualização dos preços registrados são as estabelecidas no Termo de Referência;

19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1 As regras acerca do recebimento do objeto e do acompanhamento e fiscalização do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As regras acerca das obrigações da Contratante e Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência;

21 DO PAGAMENTO

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

32.a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

33.22.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

22.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”,



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

“c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

2.2.4. Multa:

22.2.4.1. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

22.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

22.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

22.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da Contratação.

22.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 22.1, de **30% (trinta por cento) a 40% (quarenta por cento)** do valor da contratação.

22.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **30% (trinta por cento) a 40% (quarenta por cento)** do valor da contratação.

22.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da Contratação.

22.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação

23. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante

24. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

25. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

26. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

27. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

28. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
29. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
30. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
31. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 33.1.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 33.1.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 33.1.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 33.1.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 33.1.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
34. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
35. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
36. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 36.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

37. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

38.9.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

38.1.

23 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital.

24.2 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, através do endereço eletrônico **pmc.cpl01@gmail.com**.

24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico através do endereço eletrônico **pmc.cpl01@gmail.com**.

24.6 pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo sido informada data e horário, ou não continuada a sessão na data e horário informados, o reinício da sessão somente ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10 Em caso de divergência entre as informações constantes do registro da licitação no **sistema comprsgov** e as constantes deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Edital.

25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, através do Sítios da internet: <https://calcoene.portal.ap.gov.br/diarios> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, ou ainda junto a Sede Municipal da Prefeitura Municipal de Calçoene-AP, na Rua. Teodoro Antônio Leal, nº 264, Bairro Centro, na cidade de Calçoene/AP.

25.12 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima descrito.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

- 25.13 Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.14 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 25.15 ANEXO II - DECLARAÇÕES EM GERAL;
- 25.16 ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.
- 25.17 ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 25.18 ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

Calçoene/AP, 26 de março 2026

EXPEDITO DA SILVA VIANA
Coordenador de Compras e Licitação



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – SEMAS/PMC

1. Fundamentação Legal e Justificativa da Contratação em Lote Único

1.1. Fundamentação Legal

A presente contratação encontra amparo legal na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis à matéria, em especial no que tange à contratação de serviços e à justificativa para a não divisão em lotes, conforme o Art. 40, § 3º, inciso I, da referida lei.

1.2. Justificativa da Contratação em Lote Único

A decisão pela contratação em **lote único** para os serviços funerários integrados (fornecimento de urna, preparação do corpo e traslado terrestre) é fundamentada em critérios técnicos, operacionais e econômicos, visando a máxima eficiência e a garantia da qualidade e celeridade do atendimento, conforme os princípios da Lei nº 14.133/2021:

a) **Interdependência e Indivisibilidade dos Serviços:** Os serviços de fornecimento de urna, preparação do corpo e traslado terrestre são intrinsecamente interdependentes e formam um **conjunto indissociável** para a efetivação do auxílio-funeral. A fragmentação desses serviços em lotes distintos resultaria em uma complexidade logística e operacional inaceitável, com a necessidade de coordenação entre diferentes fornecedores para cada etapa do processo. Tal fragmentação comprometeria a fluidez e a agilidade necessárias em um momento de urgência e vulnerabilidade social, podendo gerar atrasos e desassistência às famílias.

b) **Eficiência Administrativa e Economia de Escala:** A contratação em lote único promove a **eficiência administrativa**, centralizando a gestão e a fiscalização do contrato em um único ponto de contato. Isso reduz significativamente os custos indiretos de gerenciamento, acompanhamento e processamento de pagamentos que seriam gerados pela multiplicidade de contratos. Adicionalmente, a contratação de um pacote completo de serviços tende a gerar **economia de escala**, permitindo que a empresa contratada ofereça um preço global mais vantajoso devido à otimização de seus recursos e processos internos.

c) **Responsabilidade Única e Celeridade no Atendimento 24h:** A natureza do auxílio-funeral exige **disponibilidade ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana)** e um **prazo de resposta extremamente curto**. A atribuição da responsabilidade integral a uma única empresa garante que a Prefeitura Municipal de Calçoene/AP tenha um único interlocutor para acionamento e acompanhamento, facilitando a resolução de eventuais intercorrências e assegurando a celeridade indispensável ao atendimento. A divisão em lotes poderia criar lacunas de responsabilidade e atrasos na coordenação, inviabilizando o cumprimento dos prazos de resposta exigidos.

d) **Padronização e Qualidade do Serviço:** A contratação de um único prestador para todos os componentes do serviço funerário permite a **padronização da qualidade** e dos procedimentos, garantindo que todas as famílias beneficiadas recebam um atendimento digno e uniforme, sem variações decorrentes da atuação de múltiplos fornecedores com diferentes padrões de serviço.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

e) Diante do exposto, a contratação em lote único é a solução que melhor atende ao interesse público, garantindo a continuidade, a eficiência, a celeridade e a qualidade na prestação de um serviço essencial e de caráter social, em conformidade com o Art. 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que permite a não divisão em lotes quando o objeto for de natureza singular ou quando a divisão for economicamente desvantajosa ou inviabilizar a execução do contrato.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

2.1. Contratação de **empresa especializada na prestação de serviços funerários**, com fornecimento de **urna funerária, preparação do corpo e traslado terrestre**, destinados ao atendimento do benefício eventual de **auxílio-funeral**, concedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social às famílias em situação de vulnerabilidade social do município de Calçoene/AP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Compõem o objeto, os seguintes itens:

SERVIÇOS FUNERÁRIOS					
Item	Especificação	Und	Quant.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Serviço funeral para criança de 0 a 12 anos (30 cm a 1,50m de altura). Incluindo: Urna mortuária padrão simples, confeccionada em madeira mdf e ou pinus ou material similar ou superior, com acabamento externo envernizado, dotada de alças laterais em material metálico, visor em acrílico transparente na tampa, e forro interno em tnt ou cetim na cor branca ou creme, cobrindo integralmente o interior da urna. As dimensões devem ser compatíveis com o padrão infantil (até 12 anos), e estar devidamente montado e pronto para uso imediato	Serviço	200	R\$ 994,24	R\$ 198.848,00
2	Serviço funeral para adultos (1,50 a 1,90m de altura). Incluindo: urna mortuária padrão simples, confeccionada em madeira mdf e/ou pinus material similar ou superior, com acabamento externo envernizado, dotada de alças laterais em material metálico, visor em acrílico	Serviço	400	R\$ 1.600,76	R\$ 640.304,00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

	transparente na tampa, e forro interno em tnt ou cetim na cor branca ou creme, cobrindo integralmente o interior da urna. O item deve possuir dimensões compatíveis com padrão adulto, estar devidamente montado e pronto para uso imediato.				
3	Serviço funeral - Urna Adulta especial (Obesa) – incluindo: Urna funerária obesa: urna mortuária padrão especial, confeccionada em madeira mdf e ou pinus reforçada ou material similar ou superior de alta resistência, com acabamento externo envernizado, dotada de alças laterais reforçadas em material metálico ou pvc de alta resistência, visor em acrílico transparente na tampa, e forro interno em tnt ou cetim na cor branca ou creme, cobrindo integralmente o interior da urna. as dimensões mínimas devem ser de 2,10 m de comprimento, 0,70 m de largura e 0,60 m de altura, ou conforme necessidade técnica, garantindo capacidade adequada ao corpo da pessoa falecida com sobrepeso ou obesidade, e estar devidamente montado, e pronto para uso imediato.	Serviço	50	R\$ 1.543,00	R\$ 77.150,00
4	Tratamento do corpo (Tanatopraxia): serviço compreende a limpeza, tamponamento (quando necessário), acondicionamento e preparo do corpo para velório, observando rigorosamente os protocolos estabelecidos pela vigilância sanitária e demais normativas de saúde pública. Inclui os procedimentos técnicos necessários para garantir a preservação, apresentação digna e higienização adequada do corpo, respeitando as condições de segurança sanitária, biossegurança e os princípios de respeito e dignidade à pessoa falecida	Serviço	650	R\$ 798,75	R\$ 519.187,50
5	Carro fúnebre próprio para remoção do corpo (hospital, NECROTÉRIO, residencial e para o cemitério).	UND	650	R\$ 452,50	R\$ 294.125,00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

6	Translado funerário terrestre, km rodado: serviço de transporte do corpo em veículo tipo carro funerário, devidamente licenciado pelos órgãos de trânsito e com licença sanitária válida, equipado com estrutura apropriada para o acondicionamento e segurança do corpo durante o trajeto. Inclui o traslado da funerária até o local de velório ou sepultamento, abrangendo também deslocamentos intermunicipais, quando necessário, além dos seguintes percursos: Calçoene/Macapá, Macapá/Calçoene, Carnot/Macapá Macapá/Carnot. Lourenço/Macapá Macapá/Lourenço. O serviço deverá observar as normas da vigilância sanitária, garantir a integridade do corpo e o respeito à dignidade da pessoa falecida.	KM	468.00 0	R\$ 5,96	R\$ 2.789.280,00
Valor total estimado pela administração: Quatro milhões quinhentos e dezoito mil oitocentos e noventa e quatro reais cinquenta centavos.					R\$ 4.518.894,50

* Referencia: Pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Compras Públicas

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

2.4. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a demanda é recorrente, cuja sua interrupção pode provocar prejuízos às atividades da unidade demandante, bem como o objeto é necessário durante todo o ano, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

2.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, limitado a 5 anos contados da assinatura da Ata de Registro de Preços ou da assinatura do contrato, conforme conveniência da administração, prorrogável por até 60 (sessenta) meses, na forma dos artigos 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS

Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’ da Lei n. 14.133/2021)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘d’ da Lei n. 14.133/2021)

Sustentabilidade:

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Os fornecedores deverão observar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação nacional, estadual e municipal, tais como na Lei nº 12.187, de 2009, na Lei nº 12.305, de 2010, no Decreto nº 7.404, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2010;

b) Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018 — ANVISA (Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências).

c). Ressalta-se que o art. 94 da RDC nº 222/2018 da ANVISA estabelece que “do descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.”

Subcontratação:

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação:

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘e’ da Lei n. 14.133/2021)

Condições de execução:

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica

6.1.1. Início da execução do objeto: dia seguinte a assinatura do contrato

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. Métodos e Rotinas de atendimento:



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

A contratada deverá disponibilizar **atendimento ininterrupto (24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados)**, mediante acionamento formal da Administração, garantindo registro e controle de cada solicitação atendida. *Os itens deverão ser entregues*

6.1.2.2. Etapas de Execução:

a) Remoção e recolhimento do corpo:

- Atendimento imediato após solicitação.
- Utilização de veículo funerário devidamente licenciado.
- Observância das normas sanitárias e de biossegurança.

b) Preparação do corpo

- Higienização, conservação e procedimentos técnicos adequados.
- Execução em instalações apropriadas e regularizadas.
- Uso de produtos autorizados pelos órgãos competentes.

c) Fornecimento de Urna Funerária

- Disponibilização de urna conforme especificações contratuais.
- Materiais em conformidade com padrões sanitários e de qualidade.

d) Translado Terrestre

- Transporte em veículo funerário adequado e higienizado.
- Cumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração.

6.1.2.3. Tecnologias e Procedimento:

A execução dos serviços deverá observar: a utilização de veículos funerários regularizados e com manutenção preventiva; o emprego de equipamentos e EPIs adequados e o cumprimento integral das normas da Vigilância Sanitária, biossegurança e legislação ambiental.

6.1.2.4. Procedimentos operacionais:

A contratada deverá garantir atendimento **humanizado, digno e respeitoso**; cumprir rigorosamente os **protocolos sanitários** e comunicar imediatamente à Administração por qualquer intercorrência.

6.1.2.5. Frequência e periodicidade:

Os serviços serão executados **sob demanda**, conforme ocorrência de óbitos e emissão de autorização formal, mantendo-se a disponibilidade contínua durante toda a vigência contratual.

6.2. A execução deverá ocorrer com celeridade, conformidade legal, qualidade sanitária e respeito às famílias atendidas, assegurando a continuidade do serviço público.

Local e horário da prestação dos serviços

6.3. O local de origem e de destino do "De Cujus" será informado pelos Assistentes Sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), órgão submetido a SEMAS, em contato com a família por ocasião do acionamento do serviço.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

Rotinas a serem cumpridas

6.4. A contratada deverá cumprir rotinas operacionais que assegurem a adequada execução dos serviços funerários, garantindo continuidade, qualidade, celeridade e conformidade legal. Deverá disponibilizar atendimento ininterrupto, 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, mantendo canais de comunicação permanentes e acessíveis para o pronto acionamento pela Administração.

6.4.1. A execução dos serviços ocorrerá exclusivamente mediante autorização formal da Administração, por meio de ordem de serviço, requisição ou documento equivalente, devendo a contratada registrar adequadamente as informações relativas ao atendimento, incluindo data, horário e responsável.

6.4.2. A remoção do corpo deverá ser realizada com veículo funerário apropriado, devidamente licenciado, higienizado e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, observando-se rigorosamente os protocolos de biossegurança. A preparação do corpo deverá seguir técnicas adequadas de higienização e conservação, com utilização de produtos autorizados pelos órgãos competentes, assegurando respeito, dignidade e sigilo durante todo o procedimento.

6.4.3. O fornecimento da urna funerária deverá atender às especificações estabelecidas contratualmente, garantindo padrões mínimos de qualidade, integridade e adequação sanitária. O traslado terrestre deverá ser executado com segurança, pontualidade e observância das condições sanitárias exigidas, respeitando os prazos definidos pela Administração.

6.4.4. A contratada deverá adotar rotinas rigorosas de higiene e biossegurança, com utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), higienização periódica de veículos, equipamentos e instalações, bem como destinação adequada dos resíduos gerados, conforme legislação sanitária e ambiental.

6.4.5. Deverá, ainda, manter rotinas administrativas de controle e documentação, emitindo relatórios ou comprovantes dos serviços prestados, disponibilizando-os à fiscalização para fins de acompanhamento, medição e pagamento. Quaisquer intercorrências que possam comprometer a execução dos serviços deverão ser comunicadas imediatamente à Administração.

6.4.6. Por fim, a contratada deverá manter válidas e atualizadas todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ao exercício da atividade, assegurando o pleno cumprimento da legislação vigente.

Materiais a serem disponibilizados

6.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades suficientes e com qualidade compatível com as exigências sanitárias, técnicas e operacionais, promovendo sua imediata substituição sempre que apresentarem desgaste, defeito, inadequação ou risco à adequada prestação dos serviços.

6.5.1. Deverão ser disponibilizados, no mínimo:

a) **Veículos funerários** devidamente licenciados, em perfeitas condições de uso, conservação e higiene;



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

- b) **Urnas funerárias**, conforme especificações definidas neste Termo de Referência;
- c) **Equipamentos e insumos** destinados à preparação e higienização do corpo;
- d) **Equipamentos de proteção individual (EPIs)** para toda a equipe envolvida;
- e) **Materiais e utensílios operacionais** indispensáveis à remoção, acondicionamento e traslado;
- f) **Produtos saneantes e desinfetantes**, em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária.

6.5.2. Os materiais e equipamentos empregados deverão atender às **normas técnicas, sanitárias e de segurança vigentes**, sendo vedada a utilização de itens em condições inadequadas ou fora dos padrões mínimos de qualidade.

Informações relevantes para o dimensionamento da Proposta

6.6. Para a adequada elaboração da proposta, a licitante deverá considerar que os serviços funerários objeto deste Termo de Referência serão prestados sob demanda, em caráter contínuo e eventual, conforme a ocorrência de óbitos e mediante emissão de autorização formal pela Administração Pública. Os quantitativos indicados possuem natureza estimativa, baseados em dados históricos e projeções, não constituindo obrigação de contratação mínima ou máxima por parte da Administração.

6.7. A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando, à mão de obra, fornecimento de urnas funerárias, materiais e insumos utilizados na preparação e higienização do corpo, equipamentos e EPI'S, veículos, combustíveis, manutenção, tributos, taxas e encargos sociais, despesas administrativas e demais custos operacionais.

6.8. Deverão ser consideradas as condições de execução contratual, especialmente a necessidade de atendimento ininterrupto, 24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados, bem como a abrangência geográfica dos serviços, compreendendo atendimentos na zona urbana e rural do Município de Calçoene, inclusive em localidades de difícil acesso, quando aplicável.

6.9. A licitante deverá observar os prazos operacionais e níveis de serviço estabelecidos no contrato, incluindo tempos máximos de resposta, remoção, preparação e traslado, assegurando capacidade técnica e operacional compatível com a demanda estimada e com as características logísticas regionais.

6.10. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as normas sanitárias, ambientais e legais vigentes, devendo a contratada possuir e manter válidas todas as licenças, alvarás e autorizações exigidas pelos órgãos competentes.

6.11. O pagamento será realizado conforme os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização, observados os critérios de medição estabelecidos.

Especificação da garantia do serviço

6.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor)



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei n. 14.133/2021)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da NLLCA nº14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

39.7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

7.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

7.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de fiscalização



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.11. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

7.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.20. Cabe ao Gestor do contrato

7.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

7.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

7.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.1.1. não produziu os resultados acordados,

8.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
ou

8.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada

Recebimento

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de *01 (um)* dia, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo

8.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico

8.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo

8.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo

8.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

8.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

8.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo

8.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *01 (um)* dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento

8.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções

8.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização

8.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão

8.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

8.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança

8.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

Liquidação

8.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

40.8.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.20. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.21. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.22.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.22.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.27. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.32. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.41. Não haverá cessão de crédito devido às peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens/prestação de serviços.

9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

9.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4. **Multa:**

9.2.4.1. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

9.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da Contratação.

9.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de **30% (trinta por cento) a 40% (quarenta por cento)** do valor da contratação.

9.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **30% (trinta por cento) a 40% (quarenta por cento)** do valor da contratação.

9.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da Contratação.

9.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO
art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei n. 14.133/2021)

Forma de Seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Execução

10.2. O fornecimento do objeto ocorrerá de forma contínua, conforme a necessidade da Administração, mediante Ordem de Fornecimento. A Ordem de Fornecimento deverá indicar, no mínimo, os itens, especificações, quantidades, valores e a dotação orçamentária que suportará a despesa.

10.3. Tratando-se de contratação para Registro de Preços, quando adotado o critério de julgamento de menor valor global, a aceitabilidade das propostas observará o valor global máximo estimado para o objeto (ou para cada grupo/lote, se houver), apurado a partir dos quantitativos previstos neste Termo de Referência:

10.3.1. Valor global máximo aceitável: será considerado aceitável o valor global que não ultrapasse o valor global estimado constante da planilha/tabela de referência prevista no item 2.2 deste Termo de Referência, observados os quantitativos ali definidos.

Exigências de Habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

10.5. Pessoa física: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Qualificação Econômico-Financeiro

10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, comprovando, Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$SG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}_\text{}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Total}_-}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}_-}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% (cinco) do valor total estimado da contratação.

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico-operacional

10.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.30.1. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato (s) executado (s) com as seguintes características mínimas:

10.30.1.1. A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove ter a empresa realizado, SATISFATÓRIAMENTE, contratações com características semelhantes, pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, sob pena de inabilitação.

10.30.1.2. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

10.30.1.3. Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

10.30.1.4. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes:

10.30.1.4.1. A exigência de comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na prestação de serviços funerários decorre da necessidade de assegurar a adequada execução do objeto contratual, considerando a natureza **essencial, contínua e de relevante interesse público** desses serviços.

10.30.1.4.2. Os serviços funerários envolvem atividades que exigem preparo técnico, estrutura operacional e experiência prévia, tais como remoção, acondicionamento, conservação, transporte de corpos, organização de velórios e atendimento às famílias em situações de vulnerabilidade emocional, muitas vezes em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas. Tais características evidenciam a necessidade de que a contratada possua capacidade técnico-operacional previamente comprovada.

10.30.1.4.3. Nesse contexto, a exigência de experiência mínima não se mostra excessiva, mas sim **proporcional e necessária**, tendo como finalidade mitigar riscos de descontinuidade, falhas operacionais ou prestação inadequada do serviço, o que poderia comprometer a dignidade dos usuários e a própria finalidade pública da contratação.

10.30.1.4.4. Ressalta-se que a Administração adotou medidas para **preservar a competitividade do certame**, ao admitir a comprovação da experiência por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica, sendo permitido o somatório de períodos sucessivos ou não, desde que relacionados a serviços compatíveis com o objeto licitado.

10.30.1.4.5. A presente exigência encontra respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a exigir qualificação técnica compatível com o objeto da contratação, desde que devidamente justificada e proporcional.

10.30.1.4.6. Adicionalmente, o entendimento do Tribunal de Contas da União é no sentido de que a Administração pode exigir comprovação de capacidade técnico-operacional, inclusive com definição de quantitativos ou tempo mínimo de experiência, desde que tais exigências sejam **pertinentes, razoáveis e devidamente motivadas no processo administrativo**, não configurando restrição indevida à competitividade.

10.30.1.4.7. Dessa forma, a exigência de experiência mínima de 01 (um) ano mostra-se adequada, necessária e alinhada ao interesse público, garantindo maior segurança na contratação e a efetiva prestação dos serviços funerários à população.

10.30.2 Não será exigida, para fins de habilitação, a apresentação de alvará de funcionamento e localização no município da execução do objeto, admitindo-se a participação de empresas sediadas em qualquer localidade, em observância ao princípio da competitividade.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

10.30.2.1. A licitante vencedora deverá, como condição para assinatura do contrato, comprovar que possui ou que providenciará, até o início da execução dos serviços:

- I – Alvará de funcionamento e localização, expedido pelo município de Calçoene;
- II – Licenças sanitárias e demais autorizações exigidas pela legislação aplicável à atividade funerária.

10.30.2.2. A contratada terá o prazo de até 10 dias, contados da convocação para assinatura do contrato, para apresentar a documentação exigida, sob pena de:

- I - Convocação do próximo colocado;
- II - Aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo único: Será admitida a apresentação de:

- I - Protocolo de solicitação do alvará; ou
- II - Compromisso formal de obtenção no prazo fixado pela Administração, desde que a empresa não inicie a execução sem a devida regularização.

10.30.3. Justificativa técnica

10.30.3.1. A exigência de alvará de funcionamento e localização justifica-se em razão de que os serviços funerários constituem atividade regulada e sujeita à vigilância sanitária e normas municipais, sendo indispensável garantir:

- I - A legalidade da operação da empresa;
- II - A proteção à saúde pública;
- III - O atendimento às normas urbanísticas e sanitárias locais.

10.30.3.2. Ressalta-se que a exigência não é feita na fase de habilitação, evitando restrição indevida à competitividade, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

10.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial do fornecedor.

10.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

10.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação técnico-profissional

10.36. Com fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida, para fins de habilitação, a comprovação de qualificação técnico-profissional da licitante, mediante a apresentação de profissionais com experiência compatível com o objeto da contratação, nos seguintes termos:

10.36.1. A licitante deverá comprovar a disponibilidade de equipe técnica composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

a) **Agente funerário** – responsável pela organização do serviço, atendimento e suporte à família, bem como coordenação das atividades operacionais;

b) **Motorista funerário** – responsável pela condução do veículo funerário, incluindo serviços de remoção e cortejo, devendo possuir habilitação válida e compatível com a categoria exigida;

c) **Auxiliar de remoção** – responsável pelo apoio no transporte do corpo, garantindo o manejo adequado, digno e seguro;

d) **Tanatopraxista** – responsável pelos procedimentos de conservação, higienização e recomposição facial e corporal, quando necessários;

e) **Maquiador(a) ou necromaquiador(a)** – responsável pela apresentação estética do corpo, quando aplicável ao tipo de serviço demandado.

10.36.2. A comprovação da qualificação técnico-profissional dar-se-á mediante:

I – apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do(s) profissional(is) indicado(s), que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta contratação;

II – comprovação de que o(s) profissional(is) possui(em) qualificação compatível com as atribuições a serem desempenhadas, mediante certificados, declarações ou documentos equivalentes;

III – registro no conselho profissional competente, quando aplicável à respectiva atividade.

10.36.3. A licitante deverá apresentar declaração formal de que os profissionais indicados integrarão sua equipe técnica durante a execução contratual, sendo admitida a comprovação de vínculo por meio de:

- a) contrato social (no caso de sócio);
- b) vínculo empregatício;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) ou declaração de disponibilidade futura.

10.36.4. A exigência da equipe técnica mínima justifica-se em razão da natureza dos serviços funerários, que envolvem:



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

- a) atendimento direto a famílias em situação de vulnerabilidade emocional;
- b) necessidade de execução com dignidade, respeito e ética;
- c) cumprimento de normas sanitárias e de saúde pública;
- d) adequada logística de remoção, preparo e transporte do corpo.

10.36.5. A exigência ora estabelecida observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não restringindo indevidamente a participação de licitantes, mas garantindo a adequada execução do objeto contratado.

Disposições gerais sobre habilitação

10.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.40. Se o fornecedor for a Matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação Complementar para cooperativas

10.42. Caso admitidas a participação de cooperativas será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI para cada um dos cooperados indicados.
- c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários a prestação do serviço.
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - 1. Ata de fundação;
 - 2. Estatuto social com a Ata da assembleia que o aprovou
 - 3. Regime dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 4. Editais de convocação das três últimas assembleias extraordinárias.
 - 5. Três registros de presenças dos cooperados que executarão o contrato de assembleias gerais ou nas reuniões seccionais
 - 6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõem o art. 112 da Lei n.5.764 de 1971, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 4.434.937,83 (Quatro milhões quatrocentos e trinta e quatro mil e novecentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela de estimativa de preços em anexo.

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J' da Lei n. 14.133/2021)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do exercício financeiro de 2026.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Órgão: 50 - Fundo Municipal de Assistência Social Calçoene - FMASC

II) Unidade: 16 - Secretaria Municipal de Assistência Social

III) AÇÃO: 08.244.0487.2-077 - Atendimento a Benefícios Eventuais

IV) ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

V) FONTE: 661 (0000):

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Calçoene, 22 de dezembro de 2026.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

WALBER MARQUES ROLA
Coordenador do CRAS/PMC
Matrícula nº 1234658255

ADRIANY PONTES NASCIMENTO
Assistente Social CRAS/PMC
Matrícula nº 3164

BIANCA MONTEIRO TAVARES
Assessora Técnica SEMAS/PMC
Matrícula nº 1234658716

MARIA FRANCIDALVA BASTO DE LIMA
Secretária Municipal do Trabalho e Ação Social
Decreto nº 014/2025-GAB/PMC



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

ANEXO II

DECLARAÇÕES EM GERAL

A empresa inscrita no CNPJ nº
estabelecida na por intermédio do seu representante legal abaixo
assinado, **DECLARA** sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, onde na presente data, enquadra-se como: (...**MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 ou **COOPERATIVA**, conforme art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007...);
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) que os produtos serão fornecidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, _____ de _____ de 2026.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com
identificação completa)



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC FMAS
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da empresa licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da empresa licitante) doravante denominado (Licitante), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da presente licitação, **foi elaborada** de maneira independente pela empresa (**Nome da empresa Licitante**), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, desta licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Setor de Licitações do município de Calçoene/AP, antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade, _____ de _____ de 2026.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com
identificação completa)



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2026

Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ---/2026

O MUNICÍPIO DE CALÇOENE - ESTADO DO AMAPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, com sede na Rua xxxxxxxx, s/nº, Centro, Calçoene/AP, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado por seu Gestor o Senhor **ANTONIO DE SOUSS PINTO**, residente e domiciliado na cidade de **Calçoene**, Estado do **Amapá**, e;

Órgão participantes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, com sede na Avenida XXXXXXXXX, s/n – Bairro da XXXXXX, na cidade de Calçoene /AP, representada neste ato pela Secretária Municipal a Senhora **XXXXXXXXXX**.

CONSIDERANDO o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº.---/2026, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital, nos moldes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR REGISTRADO: a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº____, com sede _____, neste ato, representada pelo (a) Sr (a). _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de identidade RG nº_____SSP/__, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na_____.

1 – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, com fornecimento de urna funerária, preparação do corpo e translado terrestre, destinados ao atendimento do benefício eventual de auxílio-funeral, concedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social às famílias em situação de vulnerabilidade social do município de Calçoene/AP**, propiciando um melhor desempenho de suas atividades e uma maior eficiência na prestação dos serviços de interesse público, conforme especificações e exigências estabelecidas no anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº ____/2026.

2 – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

2.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: O Órgão Gerenciador será a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE**

2.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria Municipal de Assistência Social.

3 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Nos preços estão incluídas todas as despesas de salários e encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações de correntes desta Ata de Registro de Preços, exceto os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

3.2. A presente Ata de Registro de Preços perfaz um valor total de R\$ _____ (_____), conforme itens registrados na planilha orçamentária em anexo:

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública e municipais que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), admitida a prorrogação por igual período, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS DO OBJETO

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anuidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência Anexo I do Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462,



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

11.1. Na execução do objeto da presente ata, obriga-se o **FORNECEDOR REGISTRADO** a emitir todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

11.2. Arcar com todos os custos que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos ofertadas na licitação;

11.3. Manter firme sua proposta durante o prazo de validade da mesma;

11.4. Entregar os produtos em conformidade com o que foi licitado;

11.5. Entregar os produtos no endereço e prazo indicados no edital;

11.6. Entregar os produtos dentro do prazo estabelecido pelo Órgão Gerenciador, contado desde o recebimento da Ordem de Fornecimento, nas quantidades propostas e no local indicado;

11.7. Corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo representante do Órgão Gerenciador;

11.8. Entregar os produtos durante o horário de funcionamento do Órgão Gerenciador, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado;

11.9. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador;

11.10. Responder por eventuais danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros durante a vigência desta Ata por seus agentes ou prepostos;

11.11. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no edital.

12 – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR**, durante a vigência desta ata, compromete-se a:

12.1.1. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo, no instrumento



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

convocatório e seus anexos;

12.1.2. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para o Órgão Gerenciador, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

12.1.3. Renegociar os valores contratados, cujos preços sejam considerados desvantajosos;

12.1.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

12.1.5. Aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações assumidas.

12.1.5.1. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Fornecedora Registrada pela completa e perfeita execução do serviço.

13 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o processo de aquisição/serviço, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo seguinte servidor pertencente ao órgão demandante:

13.1.2. O Sr(a). **xxxxxxxxxx**, CPF nº **xxxxxxxxxx**, desde já designado como fiscal pela Secretaria Municipal de xxxxxxxx.

14 – DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO

14.1. Das Condições de Prestação dos Serviços

14.1.1. A Fornecedora Registrada deverá prestar os serviços, mediante a apresentação de Ordem de Serviço assinada por servidor responsável, especificando, quantidade e especificações dos itens.

14.1.2. Os serviços serão efetuados somente com a apresentação da Ordem de Serviço com as quantidades estipuladas naquele documento.

14.1.3. Os serviços serão solicitados mediante o envio da respectiva Ordem de Serviço.

14.1.4. A Ordem de Serviço conterá sucintamente a quantidade, descrição do serviço, valor, assinatura do requisitante e data de expedição.

14.1.5. A Ordem de Serviço poderá ser enviada via e-mail à Fornecedora Registrada ou por qualquer outro meio hábil.

14.1.6. A Fornecedora Registrada ficará obrigada a atender à solicitação efetuada através da Ordem de Serviço dentro do prazo estabelecido.

14.1.7. Os serviços, deverão ser prestados ao Órgão Gerenciador, em conformidade com a Ordem de Serviço.

14.1.8. Os serviços deverão apresentar qualidade e especificações idênticas às mencionadas na proposta comercial da Fornecedora Registrada.



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

14.1.9. O prazo de prestação dos serviços será iniciada, no máximo, 02 (duas) horas contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

14.1.10. Se a Fornecedora Registrada recusar-se injustificadamente a prestar os serviços no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, sujeitando-se à desistente as penalidades previstas nesta Ata, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

14.1.11. Os itens solicitados através da Ordem de Serviço, no ato da entrega, deverão estar acompanhados da nota fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do serviço, a quantidade dos respectivos itens, dados da conta bancária para depósito do pagamento, quando for o caso, bem como da CNDs, Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista.

14.1.12. O ato de recebimento dos serviços, não importa em sua aceitação. A critério da Órgão Gerenciador será submetido a sua verificação, cabendo a Fornecedora Registrada, a revisão dentro de 02 (dois) dias, do(s) objeto(s) que vier(em) a ser recusado(s), por não se enquadrar(em) nas especificações estipuladas, apresentar defeitos em geral, identificado no ato do recebimento ou no período de verificação.

14.2. Da Liquidação

14.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.2.2.1. o prazo de validade;

14.2.2.2. a data da emissão;

14.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

14.2.2.5. o valor a pagar; e

14.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

14.2.5. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

14.2.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos competentes.

14.3. Das Condições de Pagamento

14.3.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Fornecedora Registrada.

14.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão Gerenciador atestar a execução do objeto.

14.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

14.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Fornecedora Registrada providencie as medidas



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Órgão Gerenciador.

14.3.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3.6. Antes de cada pagamento a Fornecedora Registrada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital de licitação.

14.3.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da Fornecedora Registrada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Órgão Gerenciador.

14.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Órgão Gerenciador deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Fornecedora Registrada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.3.9. Persistindo a irregularidade, o Órgão Gerenciador deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da Ordem de Fornecimento nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Fornecedora Registrada a ampla defesa.

14.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

14.3.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.12. A Fornecedora Registrada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da cidade de Calçoene, Estado de Amapá, para dirimir questões oriundas desta ata de registro de preços, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.:



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025**

Calçoene/AP, --- de----- de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP
ANTONIO DE SOUSS PINTO**
Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
MARIA ROSA SOARES**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fornecedor
XXXXXXXXXXXXX
Representante legal



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

ANEXO VI
TERMO DE CONTRATO Nº [NÚMERO]/2026

Minuta de Contrato de Prestação de Serviços Funerários para Auxílio-Funeral

Pelo presente instrumento particular de Contrato, que entre si celebram, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 05.105.748/0001-00, com sede na Rua Joaquim Caetano da Silva, nº 100, Centro, Calçoene/AP, CEP 68.960-000, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, **[NOME DO PREFEITO]**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **[NOME COMPLETO DA CONTRATADA]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ DA CONTRATADA]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO DA CONTRATADA]**, neste ato representada por seu **[CARGO DO REPRESENTANTE]**, **[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº **[RG DO REPRESENTANTE]** e CPF nº **[CPF DO REPRESENTANTE]**, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o presente, mediante as cláusulas e condições seguintes, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.666/93 (subsidiariamente, quando aplicável), Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil), Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e demais legislações pertinentes, bem como as disposições do Edital de **[Nº DO EDITAL]** e seus anexos, e da proposta vencedora do Processo Administrativo nº **[Nº DO PROCESSO]**, decorrente do **[Nº DO PREGÃO]**, que passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos de direito.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação Contratação de **empresa especializada na prestação de serviços funerários**, com fornecimento de **urna funerária, preparação do corpo e translado terrestre**, destinados ao atendimento do benefício eventual **de auxílio-funeral**, concedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social às famílias em situação de vulnerabilidade social do município de Calçoene/AP, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, LC Nº 101/2000, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Proposta da CONTRATADA, que são partes integrantes e indissociáveis deste instrumento.

1.1. Detalhamento dos Serviços:

a) **Fornecimento de Urna Funerária:** Disponibilização de urnas funerárias em diferentes padrões, conforme a necessidade e a escolha da família beneficiária, dentro dos limites estabelecidos pela SEMAS, com as seguintes características mínimas:

i. **Urna Padrão Simples:** Confeccionada em madeira de reflorestamento, revestimento interno simples, sem visor, alças e crucifixo básicos. Destinada a atender às necessidades essenciais.

ii. **Urna Padrão Intermediária:** Confeccionada em madeira de reflorestamento ou similar, revestimento interno em tecido, com visor, alças e crucifixo de padrão médio. Oferece um acabamento mais elaborado.

iii. **Urna Padrão Especial:** Confeccionada em madeira nobre ou similar, revestimento interno em tecido de alta qualidade, com visor, alças e crucifixo diferenciados. Proporciona maior conforto e dignidade.

Parágrafo Único: A CONTRATADA deverá garantir a possibilidade de substituição por urnas equivalentes em qualidade e características, mediante prévia comunicação e aprovação da fiscalização do contrato.

b) **Preparação do Corpo:** Realização dos procedimentos necessários para a preparação do corpo, visando à sua apresentação digna e à preservação, incluindo:

i. **Higienização:** Limpeza e assepsia do corpo.

ii. **Tanatopraxia:** Realização de tanatopraxia, quando autorizada pela família e/ou autoridades



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

competentes, e quando as condições do corpo e a legislação permitirem, visando à conservação e apresentação.

iii. **Paramentação:** Vestir o corpo com as roupas fornecidas pela família ou com vestimentas padrão da CONTRATADA, se solicitado.

iv. **Ornamentação Simples:** Ornamentação da urna com flores e véu simples, conforme padrão da CONTRATADA.

c) **Translado Terrestre:** Realização do transporte do corpo em veículo funerário adequado, com as seguintes condições:

i. **Dentro do Município:** Translado do local do óbito (residência, hospital, IML, etc.) para o velório e/ou cemitério dentro dos limites territoriais de Calçoene/AP.

ii. **Para Municípios/Estados Vizinhos:** Translado para municípios ou estados vizinhos, conforme demanda e autorização da SEMAS, com a cobrança de quilometragem excedente conforme tabela de preços anexa.

iii. **Plantão e Prazos:** A CONTRATADA deverá manter serviço de plantão 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para remoção e orientação às famílias, garantindo o atendimento imediato e o translado em até [PRAZO EM HORAS] horas após a solicitação formal da SEMAS, salvo em casos de força maior devidamente justificados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

O valor total estimado do presente Contrato é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx)**, conforme a proposta vencedora da CONTRATADA e os preços unitários constantes na tabela abaixo, que serão pagos de acordo com a efetiva prestação dos serviços e o consumo dos itens, observando-se os limites orçamentários e a disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Unit. c/ BDI (R\$)
1	Serviço funeral para criança de 0 a 12 anos (30 cm a 1,50m de altura). Incluindo: Urna mortuária padrão simples, confeccionada em madeira mdf e ou pinus ou material similar ou superior, com acabamento externo envernizado, dotada de alças laterais em material metálico, visor em acrílico transparente na tampa, e forro interno em tnt ou cetim na cor branca ou creme, cobrindo integralmente o interior da urna. As dimensões devem ser compatíveis com o padrão infantil (até 12 anos), e estar devidamente montado e pronto para uso imediato	Serviço	200		
2	Serviço funeral para adultos (1,50 a 1,90m de altura). Incluindo: urna mortuária padrão simples, confeccionada em madeira mdf e/ou pinus material similar ou superior, com acabamento externo envernizado, dotada de alças laterais em material metálico, visor em acrílico transparente na tampa, e forro interno em tnt ou cetim na cor branca ou creme,	Serviço	400		



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

	cobrimdo integralmente o interior da urna. O item deve possuir dimensões compatíveis com padrão adulto, estar devidamente montado e pronto para uso imediato.				
3	Serviço funeral - Urna Adulta especial (Obesa) – incluindo: Urna funerária obesa: urna mortuária padrão especial, confeccionada em madeira mdf e ou pinus reforçada ou material similar ou superior de alta resistência, com acabamento externo envernizado, dotada de alças laterais reforçadas em material metálico ou pvc de alta resistência, visor em acrílico transparente na tampa, e forro interno em tnt ou cetim na cor branca ou creme, cobrimdo integralmente o interior da urna. as dimensões mínimas devem ser de 2,10 m de comprimento, 0,70 m de largura e 0,60 m de altura, ou conforme necessidade técnica, garantindo capacidade adequada ao corpo da pessoa falecida com sobrepeso ou obesidade, e estar devidamente montado, e pronto para uso imediato.	Serviço	50		
4	Tratamento do corpo (Tanatopraxia): serviço compreende a limpeza, tamponamento (quando necessário), acondicionamento e preparo do corpo para velório, observando rigorosamente os protocolos estabelecidos pela vigilância sanitária e demais normativas de saúde pública. Inclui os procedimentos técnicos necessários para garantir a preservação, apresentação digna e higienização adequada do corpo, respeitando as condições de segurança sanitária, biossegurança e os princípios de respeito e dignidade à pessoa falecida	Serviço	650		
5	Carro fúnebre próprio para remoção do corpo (hospital, NECROTÉRIO, residencial e para o cemitério).	UND	650		
6	Translado funerário terrestre, km rodado: serviço de transporte do corpo em veículo tipo carro funerário, devidamente licenciado pelos órgãos de trânsito e com licença sanitária válida, equipado com estrutura apropriada para o acondicionamento e segurança do corpo durante o trajeto. Inclui o traslado da funerária até o local de velório ou sepultamento, abrangendo também deslocamentos intermunicipais, quando necessário, além dos seguintes percursos: Calçoene/Macapá, Macapá/Calçoene, Carnot/Macapá Macapá/Carnot. Lourenço/Macapá Macapá/Lourenço. O serviço	KM	468.000		



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

	deverá observar as normas da vigilância sanitária, garantir a integridade do corpo e o respeito à dignidade da pessoa falecida.				
--	---	--	--	--	--

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, desde que haja interesse da Administração Pública e condições vantajosas para a CONTRATANTE.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da CONTRATANTE:

Classificação Orçamentária: [CLASSIFICAÇÃO]

Fonte de Recurso: [FONTE]

Programa de Trabalho: [PROGRAMA]

Parágrafo Único: A CONTRATANTE emitirá as notas de empenho correspondentes aos valores contratados, observando a disponibilidade orçamentária e financeira.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados pelo fiscal do contrato será realizado mensalmente, no prazo de até **30 (trinta) dias** contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada do relatório de serviços executados e do atesto do fiscal do contrato, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA.

5.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida com base nos serviços efetivamente prestados e nos preços unitários estabelecidos na Cláusula Segunda deste Contrato.

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preços ou correção monetária.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

Os preços contratados poderão ser reajustados anualmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês da data da apresentação da proposta, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)** ou o **INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)**, conforme previsto no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar e manter, durante toda a execução do contrato, garantia de execução no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, podendo ser nas modalidades de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme o disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: A garantia será liberada após a execução integral do contrato e o cumprimento de todas as obrigações contratuais, mediante solicitação formal da CONTRATADA e atesto da fiscalização.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO RECEBIMENTO

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, que terá(ão) a responsabilidade de verificar a conformidade dos serviços com as especificações contratuais.

8.1. Os serviços serão recebidos:



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC

Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

a) **Provisoriamente:** Pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado ou recibo, no prazo de até 3 (três) dias úteis após a conclusão de cada serviço, para verificação da conformidade com as especificações.

b) **Definitivamente:** Pelo fiscal do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços, e a constatação de que os mesmos atendem plenamente às condições contratuais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado ou atesto na Nota Fiscal/Fatura.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

b) Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários para a execução dos serviços.

c) Designar formalmente o(s) fiscal(is) do contrato, com as atribuições de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

d) Prestar o apoio e as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços de forma adequada.

e) Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades ou falhas na prestação dos serviços, concedendo prazo para correção.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar os serviços objeto deste Contrato com a máxima diligência, qualidade e eficiência, em conformidade com as especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas.

b) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

c) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

d) Manter serviço de plantão **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, para remoção e orientação às famílias beneficiárias, garantindo atendimento imediato.

e) Tratar as famílias beneficiárias com **dignidade, urbanidade e respeito**, proibindo expressamente a cobrança de quaisquer valores adicionais ou extras pelos serviços contratados.

f) Disponibilizar veículos funerários adequados e em perfeito estado de conservação e higiene, com motoristas habilitados e treinados.

g) Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos comprobatórios da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

h) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

i) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será exercida por servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, com as atribuições de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, atestar as medições e propor as medidas corretivas e/ou sanções cabíveis, conforme o



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025

disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: A fiscalização não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

As Partes se comprometem a cumprir integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, especialmente no que tange ao tratamento de dados sensíveis de falecidos e de seus familiares.

11.1. A CONTRATADA, na qualidade de operadora de dados pessoais, deverá garantir o sigilo, a integridade e a disponibilidade dos dados a que tiver acesso em razão da execução deste Contrato, utilizando-os exclusivamente para os fins específicos da prestação dos serviços contratados e em estrita conformidade com as instruções da CONTRATANTE.

11.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

11.3. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE, que tomará as providências cabíveis junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução total ou parcial do Contrato, ou a execução em desacordo com as condições estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, garantido o direito à prévia defesa.

12.1. As sanções poderão ser:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma e nos percentuais previstos no Edital e seus anexos.
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por ato unilateral da CONTRATANTE, por acordo entre as partes, ou por decisão judicial.

13.1. A extinção do contrato não prejudicará o direito da CONTRATANTE de cobrar eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) Subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- b) Cobrar quaisquer valores adicionais ou extras das famílias beneficiárias pelos serviços objeto deste Contrato.
- c) Utilizar os dados pessoais a que tiver acesso para fins diversos dos previstos neste Contrato.

14.2. É permitido à CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, solicitando informações e documentos pertinentes.
- b) Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.
- c) Rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses legais.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – CCL/SEMAP/PMC
Processo Administrativo nº 16.106.014/2025**

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nas hipóteses e limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE, com base nos princípios da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, bem como nos princípios gerais de direito público.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município de Calçoene/AP, conforme o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Calçoene, Estado do Amapá, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Calçoene/AP, xxxxx de xxxxx de 2026.

[NOME DO PREFEITO]

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

[NOME DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA]

[CARGO DO REPRESENTANTE]

CONTRATADA

Testemunha 1

Nome: [NOME DA TESTEMUNHA 1]

CPF: [CPF DA TESTEMUNHA 1]

Testemunha 2

Nome: [NOME DA TESTEMUNHA 2]

CPF: [CPF DA TESTEMUNHA 2]